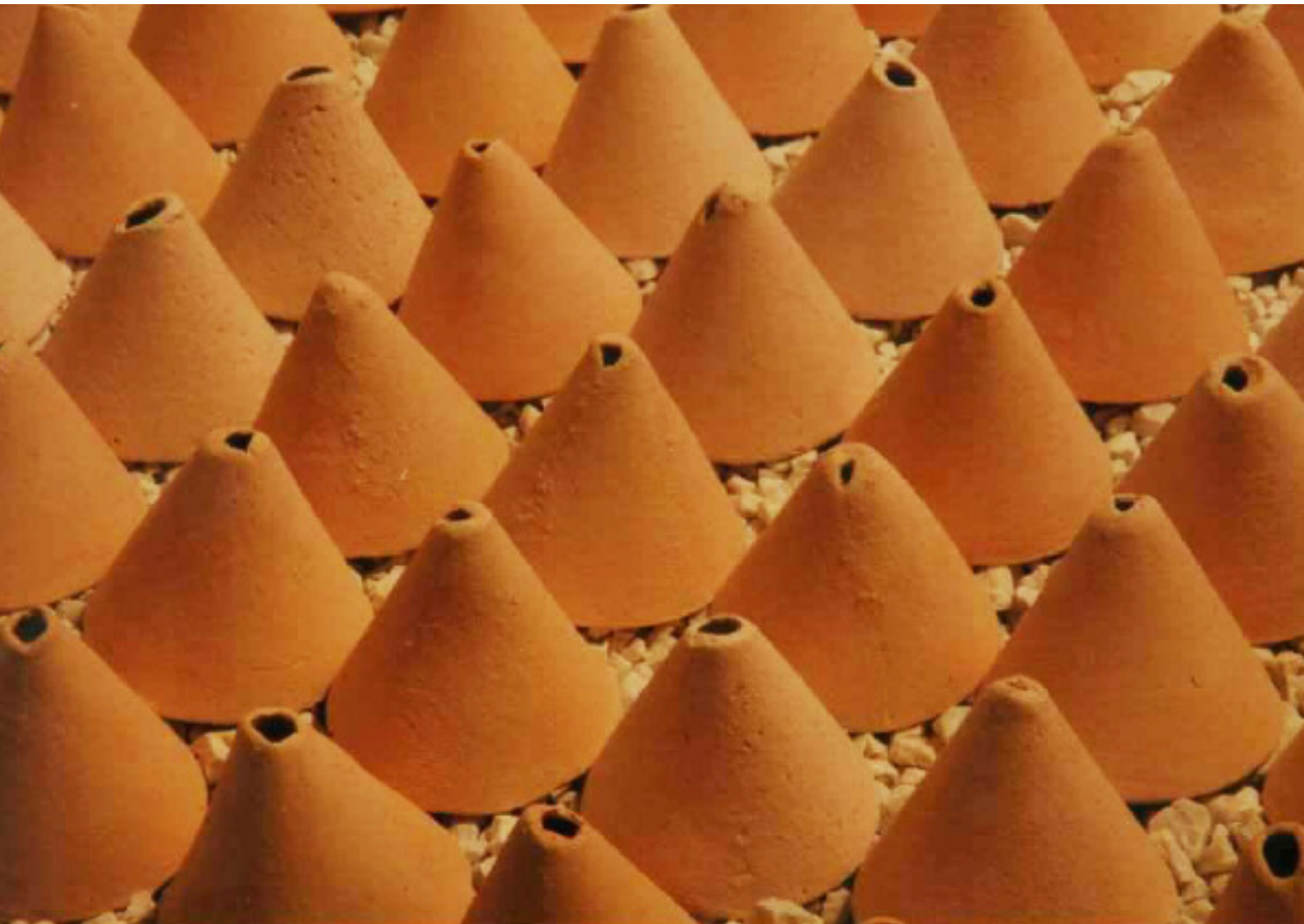




Arte[®] na Escola



Música na Escola

**Nova orientação curricular
e aprendizagem em São Paulo**

AValiação em Arte será o tema do
XXIII ENCONTRO DA REDE ARTE NA ESCOLA, EM RECIFE

Este número - que inaugura nossa migração para o formato digital - volta sua atenção para as questões que preocupam hoje mais do que nunca os educadores do Brasil: a avaliação. No momento em que a Educação como um todo se pauta na avaliação em sua busca de melhoria, o foco são os instrumentos de que dispomos para avaliar o ensino, o professor e o aluno. Não há dúvida de que se esta é uma questão complexa no conjunto de disciplinas ela se revela especialmente delicada em Artes. O que, quando, como, quanto avaliar? O aprendizado de artes se avalia? O Boletim Arte na Escola vem realizando uma pesquisa sistemática a este respeito e gostaria de ouvir a voz de seus leitores, o que já será possível a partir do próximo número, num formato muito mais interativo. Neste número entrevista com uma especialista argentina ajuda a aprofundar o tema e a ilustração da pauta curricular de artes em São Paulo dá objetividade ao debate. Desfrute!

Evelyn Berg Ioschpe

Presidente do Instituto Arte na Escola
evelyn@artenaescola.org.br

2

Expediente

O Boletim Arte na Escola é uma publicação da rede Arte na Escola, produzido com o patrocínio da Fundação Ioschpe.

Conselho Editorial
Evelyn Berg Ioschpe,
Sebastião Gomes
Pedrosa, Sandra Suely
dos Santos Francisco e
Ana Lúcia S. de O.

Editora
Nunes

Jornalista responsável
Fábio Galvão MTB
20.168/SP

Redação
Fábio Galvão,
Cecília Galvão e Raquel
Zardetto
(CGC Educação)

Projeto Gráfico
Zozí

Artigos, comentários e opiniões para este informativo devem ser enviadas para:
Instituto Arte na Escola;
Alameda Tietê, 618 –
casa 3 CEP 01417-020,
São Paulo, SP Fone (11)
3103.8080
contato@artenaescola.org.br

Que filme você assistiu e que teve impacto em sua prática em sala de aula?

› “Quando assisti Nenhum a menos, em 2005, na faculdade, pude compreender o verdadeiro papel de ser educadora. O filme propõe a reflexão sobre o motivo que leva um educador a se envolver com seus alunos e a compreender o seu papel na instituição de ensino. Mudei completamente a minha maneira de dar aula, de avaliar. Priorizei o saber que os alunos tinham para daí, então, construir com eles aquele saber que só aprendemos na escola, valorizando cada progresso. Com essa renovação aprendi muito como educadora e como cidadã. E graças a esse filme pude perceber a EDUCADORA que estava adormecida. Acordei! Ainda bem!”

Guadalupe da Silva / São Leopoldo - RS

› “O filme que mais chamou atenção dos meus alunos e teve impacto não só nas aulas, mas também na vida pessoal dos alunos foi Modigliani, paixão pela vida. É um ótimo filme que aborda inúmeras questões de conduta, moral, vícios, arte, preconceito e amores. Trabalhei com este filme em algumas séries do ensino fundamental e médio e rendeu inúmeros elogios!”

Ieda Ghellere Cavalheiro / SForquilha - SC

› “O filme que teve impacto em minha prática de sala de aula foi o documentário Encontro: um processo e alfabetização estético-visual, da DVDTeca Arte na Escola. Ele me despertou para a importância de se trabalhar em sala de aula a educação do olhar dos alunos por meio da observação da natureza. Diversas vezes trabalhei o tema com os alunos. Um deles foi apresentado num simpósio sobre meio ambiente. No momento, estou com um projeto de educação do olhar com duas turmas de segunda série. É maravilhoso perceber o crescimento gráfico das produções dos alunos e a quebra de estereótipos.”

Julmara Goulart Sefstrom / Forquilha - SCJ

› “Foram tantos filmes assistidos e muitos contribuíram e contribuem para a prática em sala de aula. O filme Sociedade dos Poetas Mortos é um clássico que inspira muitos educadores.”

Raquel Alvarenga / Campo Grande - MS

› “Há muitos filmes que me tocam, mas na vida profissional cito O sorriso de Monalisa. É um filme agradável, instigante, que tange nos conceitos de uma época turbulenta, principalmente para as mulheres e que fala de arte, do professor, do esforço, dos conceitos e preconceitos sobre a função do ensino da Arte.educadores.”

Priscila Anversa / São José, SC

ILUSTRADOR CONVIDADO

Marília Diaz



Ensino de música é lei

A partir de 2011, todas as escolas brasileiras serão obrigadas a ensinar Música para os alunos da Educação Básica, como prevê a lei 11.769.

› Mas será que apenas uma lei irá garantir a aprendizagem musical dos alunos? Será que as escolas estão em condições de cumprir a lei? Será que os professores estão preparados? Para debater esta nova realidade da Educação, o Instituto Arte na Escola conversou com dois especialistas: os professores Sérgio Figueiredo, presidente da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), e Pedro Paulo Salles, do Departamento de Música da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Ambos concordam: a lei ficará no papel se não acontecer um esforço de todos os envolvidos. “Como toda lei, ela só funcionará se tivermos ações muito com relação à sua implantação. A administração escolar, secretarias e conselhos de educação, universidades, professores, estudantes, comunidade, todos tem um papel nesta mudança”, afirma Sérgio Figueiredo. Pedro Salles diz que “como toda e qualquer lei, seu sucesso depende de como ela vai ser aplicada num sentido real”. Para eles, a questão central é a formação dos professores. Com a nova lei, a tendência é que a demanda cresça consideravelmente e o professor será obrigado a se especializar cada vez mais. “Não se pretende mais um professor que ensine um ‘pouquinho’ de cada arte. Se queremos uma educação com qualidade temos que contar com profissionais muito preparados para ensinar música na escola”, destaca o presidente da ABEM.

Futuro

Pedro Salles ressalta que “o número de professores habilitados e o número de escolas de formação de professores de Música são insuficientes” e acredita que a nova lei poderá reverter esta situação. “Essa demanda, forçosamente, culminará com um aumento de cursos e de professores especialistas, no futuro”, afirma. Como professor dos cursos de Música da ECA/USP, ele defende que os cursos de licenciatura também precisam ficar atentos às novas tendências do ensino de Música. “Caso contrário, cairemos numa falácia educacional e pedagógica que conhecemos bem”, alerta. Além da importância do conhecimento e da experiência musical, os professores consultados ressaltam a necessidade de o professor não esquecer a prática pedagógica. “É preciso preparar um profissional capaz de lidar com os problemas da escola em geral, além de ser um profissional competente em uma linguagem artística”, diz Sérgio Figueiredo. Pedro Salles frisa que neste primeiro momento haverá um processo de adaptação, “no qual diversas realidades deverão lidar com diferentes



soluções, mas, não nos enganemos, o professor de Música deve também ter conhecimento pedagógico”.

Carga horária

A carga horária para aulas de Música é motivo de preocupação, embora os professores reconheçam que não existe um tempo ideal para ensinar a disciplina. “Você pode realizar experiências rápidas, de repetição e eco rítmico e melódico, por exemplo, que poderiam durar 5 minutos. Ao mesmo tempo você poderia engajar os alunos num projeto de criação sonora que levaria 12 horas para ser concluído”, sustenta o presidente da ABEM. Ele sugere que cada sistema educacional tenha liberdade para organizar a sua carga horária. “Creio que a aula de Música deve ser discutida no coletivo da escola, buscando a melhor forma para a realização deste trabalho nos diversos contextos”, diz. Embora ressalte que “idealizar é delicado”, Pedro Salles arrisca a dizer que “o ideal seria que os professores trabalhassem com Música ao menos duas vezes por semana”. Ele destaca, no entanto, a importância de se estabelecer “pontes de ligação” entre a Música e as outras áreas do conhecimento. “É nesses momentos que a formação musical do professor se faz indispensável”, afirma. O professor de Música da USP acha difícil dividir uma aula semanal de 50 minutos entre todas as linguagens da Arte e sugere um aumento na carga horária. “A valorização das artes como formas de conhecimento humano deveria também, no futuro, refletir em aumento dessa carga horária, se não a lei vira uma balela que nem inglês vê”, diz. Como a Música tem um componente cultural amplo e diversas manifestações, os dois professores de Música acreditam que cada professor tem condições de escolher os melhores conteúdos e as maneiras mais eficazes para garantir o aprendizado dos alunos. “Os professores devem ensinar Música nas escolas proporcionando experiências e uma prática reflexiva, coisa que geralmente não acontece”, admite Pedro Salles. Sérgio Figueiredo diz que um professor tem que garantir a diversidade na aula de Música. “Se existem diversos tipos de música, existem também diversos modos de aprender e ensinar Música”, afirma. Pedro Salles considera ainda que este é o momento para o professor de Música mostrar a sua força. “O professor de Música tem agora um espaço a conquistar. Aula de Música faz barulho, e ele deve afirmar isso aos quatro ventos. Música é Arte, e ele deve dizer isso aos brados num megafone”, recomenda.

3

«



São Paulo adota orientação curricular e expectativa de aprendizagem

O que avaliar em Arte? Como avaliar em Arte?

O que é importante saber em Arte?

» A rede pública municipal de São Paulo adota desde 2008 as "Orientações Curriculares e Proposição de Expectativas de Aprendizagem", uma série de documentos que abordam os principais conteúdos conceituais e oferecem aos professores os procedimentos para a progressão do aprendizado dos alunos.

A diretora de Orientação Técnica da Secretaria de Educação, Regina Lico, explica que o projeto foi produzido tendo como foco o que o aluno deve saber, em artes, ao final de cada ano do ciclo em cada uma das manifestações culturais indicadas pelo projeto pedagógico das escolas. "No projeto curricular, a escola leva em conta sua realidade, os resultados de aproveitamento dos alunos e ajusta o que o aluno sabe ao que precisa aprender", afirma

A primeira parte dos textos dos ciclos 1 e 2 do Fundamental trata da articulação do programa com os projetos pedagógicos em andamento, com as outras áreas do conhecimento e explica os critérios para seleção e organização das expectativas de aprendizagem das unidades escolares.

Aprendizagem significativa

No tópico Aprendizagem, Ensino e Avaliação, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo defende a "aprendizagem significativa". De acordo com o texto, "a educação básica deve visar fundamentalmente à preparação para o exercício da cidadania, cabendo à escola formar o aprendiz em conhecimentos, habilidades, valores, atitudes, formas de pensar e atuar na sociedade por meio de uma aprendizagem que seja significativa".

O documento rebate a ideia de um conhecimento linear e seriado e define o ensino como "um conjunto de atividades sistemáticas, cuidadosamente planejadas, em torno das quais conteúdos e métodos articulam-se e onde professor e estudantes compartilham partes cada vez maiores de significados com relação aos conteúdos do currículo escolar".

Como a quantidade de conhecimentos que se pode trabalhar com os estudantes é imensa, as orientações curriculares sugerem vários critérios para a seleção e organização das expectativas de aprendizagem. Entre os critérios, estão a formação intelectual dos alunos e seu potencial para construir habilidades comuns, estabelecendo conexões interdisciplinares e contextualizações. "Uma expectativa de aprendizagem só faz sentido se ela tiver condições, de fato, de ser construída, compreendida, colocada em uso e despertar a atenção do aluno", sustenta o texto.

O documento apresenta três aspectos que potencializam a organização das expectativas de aprendizagem: a abordagem nas dimensões interdisciplinar e disciplinar, a leitura e a escrita como responsabilidade de todas as áreas de conhecimento e a perspectiva de uso das tecnologias disponíveis.

Habilidades

O processo de ensino-aprendizagem em Artes, destaca o texto, "refere-se ao desenvolvimento de habilidades relativas à percepção, à experimentação, à criação/produção, à comunicação/representação, à análise/interpretação, à pesquisa/reflexão, ao registro e à crítica/autocrítica". Estas habilidades são apresentadas em um detalhado quadro, organizado de forma a tornar as expectativas de aprendizagem mais complexas a cada ano. Para o 1º ano do ciclo 1, por exemplo, são 46 expectativas de aprendizagem sugeridas. Já para o 4º ano do ciclo 2, este número salta para 64, divididas nas linguagens visual, teatral, musical e todas as linguagens.

O documento sustenta que "no início do século 21, o ensino de Artes vem se caracterizando como um ensino multi e interculturalista" e alerta que a cultura é vista hoje como "um campo de conflitos e de negociação". Neste sentido, a Secretaria Municipal de Educação afirma que o ensino de Artes deve ter o "compromisso com a democratização de acesso à

» produção cultural, com a valorização e o respeito pela diversidade cultural e com a livre expressão, aceitando o conflito, a desconstrução e reconstrução de identidades, a insegurança e a identificação com o outro como algo positivo, algo que faz parte do processo ensino-aprendizagem."

Formação do professor

Embora reconheça o esforço da Secretaria em realizar a orientação, a coordenadora geral do Pólo Arte na Escola da Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul), São Paulo, Solange Utuari, afirma que o material "não avançou muito" em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais, criados em 1998. Ela cobra mais repertórios didáticos, culturais e conceituais na formação do professor.

Para ela, há pouco espaço dado para a Arte Contemporânea e a bibliografia indicada é pequena. "Embora seja dito que os professores devem trabalhar com assuntos e matérias presentes na Arte Contemporânea, não há indicações de livros", diz. Ela sugere o conteúdo do site do Instituto Arte na Escola: "Em dois links do MídiaTeca, DVDTeca e arte.br, encontramos materiais muito ricos e ainda pouco divulgados entre os educadores", afirma.

Bússola

A professora de Artes Cinthya Bayma, que trabalha no CEU Vila Curuça, no Itaim Paulista, na zona leste da capital paulista, elogia as orientações curriculares e diz que estão ajudando muito na sua prática em sala de aula. "Elas são como uma bússola. Conseguimos avançar muito nestes dois anos", afirma.

No entanto, ela reconhece que a aplicação destas orientações depende muito das habilidades e competências dos professores com o universo da Arte. Na visão de Cinthya Bayma, o professor de Arte que tem uma formação mais teórica, com ênfase na História das Artes, por exemplo, fica um "pouco tolhido na hora de aplicar estas orientações".

A professora acredita que o documento auxilia o docente a refletir sobre sua prática pedagógica. "Nós temos a oportunidade de desenvolver várias atividades, contextualizar, mediar e apreciar", elogia. Cinthya Bayma conta ainda que o fato de estar com os mesmos alunos há três anos ajuda muito na hora de ensinar. "A gente pode observar a evolução. É uma mão dupla", afirma.

Avaliação

As orientações curriculares e a proposição de expectativas de aprendizagem sugeridas pela Secretaria trazem ainda dicas de como o professor deve proceder para adotar uma avaliação justa. "O educador deverá adquirir o hábito de manter registros constantes das suas observações durante as aulas. Esse 'diário de campo' do professor, que se tornará mais rico com o arquivamento das produções dos estudantes ou ima-

gens das aulas, é o instrumento fundamental para identificar os resultados do processo pedagógico", diz o texto referente ao Fundamental I.

Já para o Fundamental II, as orientações curriculares dividem a avaliação em três momentos. 1) Avaliação diagnóstica: acontece antes da atividade, quando é analisado o nível de conhecimento artístico e estético dos estudantes; 2) Avaliação formativa: é realizada durante uma atividade e verifica como o estudante interage com os conteúdos e transforma seus conhecimentos; e 3) Avaliação somativa: ocorre depois de um conjunto de propostas ou de um projeto didático, quando o professor avalia se o aluno correspondeu a expectativa de aprendizagem proposta.

A diretora de Orientação Técnica da Secretaria de Educação, Regina Lico, explica como o professor deve agir para realizar uma avaliação criteriosa. "O que se espera é que o professor avalie o quanto os alunos se aproximaram das expectativas de aprendizagem descritas em cada uma das dimensões", diz ela.

Apesar de as orientações recomendarem que o professor de Arte e a instituição escolar precisam ser avaliados sobre o trabalho que realizam, Regina Lico diz que ainda não há um programa exclusivo para avaliar o aprendizado de Arte, mas promete ampliar o debate. "O nível de profundidade na avaliação está relacionado às exigências de aprendizagem de cada ano do ciclo. Trabalhamos, todavia, no sentido de aprofundar nossas discussões sobre esta questão", diz.

Para Solange Utuari, do Arte na Escola, a avaliação proposta no documento "está centrada no aluno e não no processo, que envolve também o professor", analisa. No entanto, ela destaca os instrumentos de avaliação contidos nas orientações curriculares.

"Fazer um diário de bordo, refletir sobre a comunicabilidade das propostas, acesso a materiais e se os alunos estão fazendo um trabalho para eles ou para o professor ou se há construção de conceitos ou execução de tarefas, são aspectos que estão claros nestes textos", diz.

A professora Cinthya Bayma afirma que adota vários instrumentos de avaliação sugeridos pela Secretaria, como diário de bordo, por exemplo. "Eu avalio também a criatividade, a participação e envolvimento do aluno", afirma ela, que procura despertar nos alunos a importância de contemplar o mundo, tendo a Arte como meio.

As "Orientações Curriculares e Proposição de Expectativas de Aprendizagem"

estão na internet no endereço <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/BibliPed/Anonimo/ColecaoOrientacoesCurriculares.aspx>. A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo também produziu um vídeo com as experiências dos professores de Artes e a relação destas práticas com as novas orientações curriculares. O vídeo pode ser visto no endereço <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Anonimo/videos/video8.aspx>.

A Rede debate a Avaliação em Arte

A Avaliação em Arte será o tema central do XXIII Encontro da Rede Arte na Escola, a ser realizado em outubro, na cidade do Recife.

6 >> Para debater a questão e trazer novos olhares sobre o assunto que vem pautando as edições do Boletim Arte na Escola, o Instituto Arte na Escola entrevistou a professora argentina Ema Brandt, Bacharel em Artes pela Universidade Nacional de San Martín e especialista no ensino da Arte. Professora de "didática das línguas estético-expressivas" na Universidade Nacional de Lujan, Ema Brant destaca que um dos principais aspectos enfocados na área do ensino da Arte em Buenos Aires é que "o ensino deve promover as potencialidades de cada aluno, entendendo que todos podem desenvolvê-las a partir de sua participação em situações de aprendizagem". Ela destaca que para poder avaliar é preciso saber o que se ensina e que tudo o que se ensina pode ser avaliado. "Não existe só um tipo de avaliação. Podemos designar a avaliação que o professor faz com seus alunos; a que é encomendada por uma instituição para conhecer os avanços em determinada disciplina e também, a que uma determinada rede de ensino faz para saber como progredem seus alunos. Todas elas buscam diferentes objetivos pontuais, embora todas pretendam saber o que seus alunos aprenderam", destaca. A professora argentina sustenta que as diferenças fundamentais entre um processo de avaliação em Arte e em outras áreas de conhecimento dependem da razão pela qual se avalia. "Em Artes, como em outras disciplinas, dependerá do propósito da avaliação e do enfoque que se quer dar ao ensino das linguagens artísticas, o que deve estar implícito, tanto na maneira como se ensina como na seleção dos aprendizados".

Ema Brant ressalta, no entanto, que as chamadas questões subjetivas não podem ser avaliadas. "Os aspectos subjetivos não são passíveis de avaliar com justiça, pois dependem do observador e podem mudar conforme a pessoa que faz a avaliação", diz. Ela explica que é preciso diferenciar entre os propósitos e os objetivos da aprendizagem. "Os propósitos aludem ao que se espera que os alunos adquiram em um tempo determinado. Os objetivos estão relacionados aos conteúdos, ao que se ensina e ao que se espera que os alunos aprendam", explica. A professora da Universidade Nacional de Lujan analisa as situações em que a proposta institucional/currículo não está explicitada pela escola ou pelo sistema de ensino. Para ela, nestes casos, avaliar o ensino e a aprendizagem em Arte depende do programa que o docente se proponha a desenvolver. "Esta opção deixa o docente que ensina Arte muito solitário e tem a enorme limitação que depende de sua idoneidade, ao selecionar o quê e para quê ensina e como avaliar", diz. Ema Brant afirma que "são necessários diferentes tipos de avaliação e que todos são importantes". Ela recomenda que o professor faça "uma avaliação de diagnóstico no início do ano letivo, outra de processo, na metade do ano, e outra para obter uma média do ciclo letivo". Na opinião dela, para poder avaliar, o professor precisa ter clareza sobre o que ensina e, de que tudo o que ele ensina poderá ser avaliado. Este é portanto o aspecto sustentável da avaliação. Ela frisa que "toda avaliação compromete docentes e alunos, porque relaciona os ganhos e dificuldades de ambos e atribui aos docentes a responsabilidade de buscar diferentes >>



>> tipos de estratégias para alcançar os objetivos propostos". Ema Brant diz também que as diferentes propostas de ensino requerem que o docente determine "quando e o quê será avaliado, que critérios serão considerados e quais os instrumentos ele utilizará". Ela ainda recomenda que estas questões sejam compartilhadas com os alunos. Na avaliação de artes visuais, diz a professora argentina, "a idéia é reconhecer nos alunos o grau de conhecimento, nível de compreensão, apropriação e andamento dos conteúdos ensinados". Ela alerta que "não se deve compartimentar e rotular os alunos com definições como 'este é muito estereotipado' ou 'este aluno tem dificuldade de fazer isto ou aquilo' ". Outro ponto destacado por ela é que a avaliação permite ao professor obter informações para reformular suas estratégias didáticas. "A informação obtida servirá de subsídio, um balanço da situação em determinado momento, com possibilidade de ser modificado a partir de trabalhos posteriores", diz. Questionada sobre a disseminação, no Brasil, do uso

do portfólio como instrumento de avaliação no ensino de Artes Visuais e as dificuldades dos professores em lidar com até 15 turmas com mais de 30 alunos em cada sala, Ema Brant destaca que a qualidade do ensino fica comprometida. "Não acredito que se possa trabalhar de forma adequada em Arte com 30 crianças. Sobre o portfólio ou qualquer outro instrumento de avaliação, é muito difícil de ser utilizado com tantos alunos por classe e por um docente que tem tantos grupos sob sua responsabilidade", critica. Ela sugere como estratégia subdividir os grupos e "trabalhar questões que implicam um olhar mais personalizado sobre os alunos, enquanto os demais fariam uma atividade mais conhecida, que não demandasse a atenção pontual do professor". Na opinião da professora argentina, é indispensável avaliar e quais são as questões que servirão para que o docente ensine melhor e os alunos aprendam e desfrutem das atividades artísticas. "Definitivamente, a tarefa do arte-educador é sensibilizar os alunos no manejo das diferentes linguagens, promovendo a criatividade e o desenvolvimento da imaginação", ensina. <<

Portfólio como Procedimento de Avaliação em Arte

A utilização do portfólio é importante, tanto para o aluno como para o professor.

Com o auxílio do professor o aluno deve criar o portfólio para compilar suas produções artísticas, anotações, textos, relatórios, documentação fotográfica, entre outros, particularizando a reflexão do processo. Não precisa se caracterizar como pasta, pois, a sua estrutura física pode ser em formato de álbum, caixa, CD-ROM, pode, inclusive, ser associado à produção de livro de artista. Na organização do portfólio, professor e aluno, em parceria, estabelecem critérios para a seleção do material que dele fará parte. Da mesma forma, o professor também pode e deve fazer o seu próprio portfólio, compilando registros de alunos, de forma individual ou coletiva, auxiliando na auto-avaliação do professor.

Essa situação é válida tanto para professores de Educação Básica como para os que atuam na graduação e pós-graduação. Considera-se o uso desse procedimento válido para a avaliação em todos os níveis de ensino para acompanhar o processo evolutivo da produção artística, refletindo a trajetória da aprendizagem dos acadêmicos. O portfólio rompe com a avaliação classificatória realizada na educação, deixando de lado os tradicionais testes e provas. Pode contar ainda com a participação dos pais e colegas, contribuindo nas reflexões e seleção de conteúdos.

Sabe-se que o portfólio vem sendo utilizado por artistas, arquitetos, fotógrafos, estilistas, designers, como documento da sua trajetória profissional, bem como para apresentação em situações de emprego. Espera-se que cada vez mais os professores de Arte se utilizem desse procedimento, ousando na busca de processos avaliativos que respeitem o ritmo e a singularidade de cada um.

Na medida em que o portfólio for conhecido e vivenciado de forma adequada e consciente, o professor de Arte pode avançar em direção a avaliação emancipatória, se apropriando de processos avaliativos contemporâneos e rompendo com o sistema existente.

Marilene L.K Schramm é mestre em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), professora titular da FURB e tem experiência na área de Artes, com ênfase em Arte Educação.

Rozenei M. W. Cabral é especialista em Criação Publicitária pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), mestre em Educação e Cultura pela Universidade do Estado de Santa Catarina e professora titular da FURB. Tem experiência na área de Artes com ênfase em Artes Plásticas.

Referências

GARDNER, Howard. Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre : Artes Medicas, 1994.

HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SAUL, Ana Maria. Avaliação emancipatória: desafio à teoria e a prática da avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez, 2000. <<

